

QUESTÃO XXI. — DAS CONSEQÜÊNCIAS DOS ATOS HUMANOS EM RAZÃO DA BONDADE OU DA MALÍCIA DELES.

Em seguida devemos tratar das conseqüências dos atos humanos em razão da bondade ou da malícia deles.

E sobre esta questão quatro artigos se discutem:

1. Se o ato humano, por ser bom ou mau, implica a noção de rectitude ou de pecado;
2. Se é digno de louvor ou de culpa;
3. Se é meritório ou demeritório;
4. Se é meritório ou demeritório perante Deus.

ART. I. — SE O ATO HUMANO, POR SER BOM OU MAU, IMPLICA A NOÇÃO DE RECTITUDE OU DE PECADO.

O primeiro discute-se assim. — Parece que o ato humano, por ser bom ou mau, não implica a noção de retitude ou de pecado.

1. — Pois, *os monstros são pecados da natureza*, como diz Aristóteles¹. Ora, eles não são atos, mas seres gerados contra a ordem da natureza. Ora, as produções da arte e da razão imitam as coisas da natureza, conforme no mesmo passo se diz². Logo, um ato, por ser desordenado e mau, não implica a noção de pecado.

2. Demais. — Como diz Aristóteles³, de pecado é susceptível tanto a natureza como a arte, quando não chegam ao fim visado. Ora, a bondade e a malícia de um ato humano consistem sobretudo no fim intencional e na sua prossecução. Logo, a malícia de um ato não implica a noção de pecado.

¹ II Phys., lect. XIV.

² Lect. XIII.

³ II Phys., lect. XIV.

3. Demais. — Se a malícia do ato implicasse a noção de pecado, onde quer que houvesse mal haveria pecado. Ora, isto é falso, pois a pena, embora implique a noção de mal, não implica a de pecado. Logo, não é por ser mau que um ato implica tal noção.

Mas, *em contrário*. — A bondade de um ato humano, como já se demonstrou (q. 19, a. 4), depende principalmente da lei eterna; e por conseqüência, a sua malícia consiste em discordar dessa lei. Ora, isto induz a noção de pecado, como diz Agostinho⁴: *pecado é um dito, ato ou desejo contrário à lei eterna*. Logo, o ato humano, por ser mau, implica a noção de pecado.

SOLUÇÃO. — O mal é mais que o pecado e o bem, que a retitude, pois, embora qualquer privação do bem constitua sempre pecado, este em sentido próprio consiste num ato praticado em vista de um fim e que não conserva, para com ele a ordem devida. Ora, a ordem devida para com um fim é medida por uma determinada regra, que é, para os seres que agem conforme à natureza, a virtude mesma desta que inclina para o fim. Por onde, é reto o ato que procede da virtude natural, de conformidade com a inclinação natural para o fim; porque o meio não se afasta dos extremos, i. é, o ato, da ordenação do princípio ativo ao fim. O ato que se afasta porém de tal retitude, induz a idéia de pecado.

Mas os seres que agem por vontade tem como regra próxima a razão humana, e como suprema, a lei eterna. Por onde, sempre que um ato o homem o pratica em vista de um fim, conforme à ordem da razão e da lei eterna, é reto; quando porém se afasta dessa retidão considera-se pecado. Ora, é claro pelo que já dissemos (q. 19, a. 3, 4), que todo ato voluntário é mau, que se afasta da ordem da razão e da lei eterna; ao passo que todo ato bom concorda com ambas essas ordens. Donde se colhe que o ato humano, por ser bom ou mau, implica a idéia de retitude ou de pecado.

⁴ XXII Contra Faustum, cap. XXVII.

DONDE A RESPOSTA À PRIMEIRA OBJEÇÃO. — Diz-se que os monstros são pecados por serem o resultado de um pecado inerente ao ato da natureza.

RESPOSTA À SEGUNDA. — Há duplo fim: o último e o próximo. Ora, no pecado da natureza, o ato é falho em relação ao fim último, que é a perfeição do ser produzido; não o é porém em relação a qualquer fim próximo, pois por ele a natureza chega a produzir certos efeitos. Semelhantemente, no pecado da vontade há sempre deficiência em relação ao fim último visado, pois nenhum ato mau da vontade pode ordenar-se à beatitude, fim último; mas não há deficiência em relação a algum fim próximo, que a vontade visa e consegue. E por isso, como a intenção posta nesse fim se ordena ao fim último, mesmo ela pode induzir a idéia de retitude e de pecado.

RESPOSTA À TERCEIRA. — Tudo se ordena ao fim por meio de um ato; por isso a natureza do pecado, que consiste no desviar-se da ordem final, consiste propriamente em um ato; ao passo que a pena diz respeito a pessoa que peca, como na primeira parte se disse (q. 48, a. 5 ad 4; a. 6, ad 3).

ART. II. — SE O ATO HUMANO, POR SER BOM OU MAU, É DIGNO DE LOUVOR OU DE CULPA.

O segundo discute-se assim. — Parece que o ato humano, por ser bom ou mau, não é digno de louvor ou de culpa.

1. — Pois, há pecado mesmo nos fenômenos da natureza, como diz Aristóteles⁵. Ora, não se lhes atribui nem o louvor nem a culpa, como se vê ainda em Aristóteles⁶. Logo, por ser mau ou pecado, um ato humano não é culposo; e por conseqüência nem é digno de louvor por ser bom.

⁵ II Phys., lect. XIV.

⁶ III Ethic., lect. XII.

2. Demais. — O pecado existe nos atos morais assim como nos da arte; pois, como diz Aristóteles⁷, *peca o gramático que não escreve bem e o médico que não dá o remédio conveniente*. Entretanto, não é inculpado o artista por ter feito mal alguma coisa, porque tem a faculdade de fazer tanto uma obra boa como outra, má. Logo, também o ato moral, por ser mau, não é digno de culpa.

3. Demais. — Dionísio diz⁸, *que o mal implica debilidade e impotência*. Ora, uma e outra elimina ou diminui a culpa. Logo, não é por ser mau que um ato humano é digno de culpa.

Mas, em contrário, diz o Filósofo⁹, *que dignas de louvor são as obras das virtudes; dignas de vitupério ou de culpa as obras contrárias*. Ora, os atos bons são atos de virtude, pois *esta torna bom quem a possui e os atos que pratica bons*; logo, os atos opostos são maus. Por onde, o ato humano, por ser bom ou mau, é digno de louvor ou de culpa.

SOLUÇÃO. — Assim como o mal é mais que o pecado, assim este é mais que a culpa. Pois, chama-se culposo ou louvável o ato imputável a um agente; porquanto louvar ou inculpar não é mais do que imputar a alguém a malícia ou a bondade do seu ato. Ora, só é imputado ao agente o ato sobre o qual tem domínio, podendo praticá-lo ou não; e isto se dá com todos os atos voluntários, porque, pela vontade, o homem exerce domínio sobre os seus atos, como do sobredito resulta (q. 1, a. 1, 2). Donde se conclui que o bem ou o mal dá razão para louvor ou culpa, só nos atos voluntários, nos quais se identificam o mal, o pecado e a culpa.

DONDE A RESPOSTA À PRIMEIRA OBJEÇÃO. — Sendo a natureza determinada, os atos naturais não estão no poder do agente natural. Por onde, embora nesses atos possa haver pecado, não há contudo, culpa.

⁷ II Phys., lect. XIV.

⁸ IV cap. De div. Nom., lect. XXII.

⁹ De virtut. et vitiis, cap. I

RESPOSTA À SEGUNDA. — Um é o papel da razão relativamente às coisas da arte e outro, relativamente aos atos morais. No respeito à arte, a razão se ordena a um fim particular de que cogita; na moral porém ordena-se ao fim comum de toda a vida humana; e o fim particular se ordena ao comum. Ora, o pecado, desviando-se da ordem final, como já dissemos (a. 1), de dois modos pode existir na produção da arte. Primeiro, por haver desvio em relação ao fim particular visado intencionalmente pelo artista, e este pecado é próprio da arte; assim, quando um artista, querendo fazer uma obra boa, fá-la má, ou inversamente. Segundo, porque se desvia do fim comum da vida humana; então dizemos que peca quem intencionalmente faz obra má, que induza outrem em engano; e este pecado não é próprio do artista, como tal, mas como homem. Por onde, pelo primeiro pecado, o artista é inculpado como tal; no segundo, é inculpado o homem, com tal. No domínio moral porém, onde a ordem da razão é relativa ao fim comum da vida humana, o pecado e o mal implicam sempre um desvio dessa ordem, relativamente ao fim comum da vida humana; por isso de tal pecado tem culpa o homem, como homem e como ser moral. Donde o dizer o Filósofo¹⁰, *o que voluntariamente peca, na arte, é preferível ao que peca contra a prudência e contra as virtudes morais*, de que ela é diretriz.

RESPOSTA À TERCEIRA. — A debilidade dos males voluntários cai sob o poder do homem; e portanto não elimina nem diminui a culpa.

ART. III. — SE O ATO HUMANO, PELA SUA BONDADE OU MALÍCIA, É MERITÓRIO OU DEMERITÓRIO.

O terceiro discute-se assim. — Parece que o ato humano, pela sua bondade ou malícia, não é meritório nem demeritório.

1. — Pois, mérito e demérito se definem relativamente à retribuição, que só tem razão de ser no referente a outrem. Ora, nem todos os atos humanos implicam tal referência, pois certos

¹⁰ VI Ethic., lect. IV.

não dizem respeito senão ao próprio indivíduo. Logo, nem todo ato humano bom ou mau é meritório ou demeritório.

2. Demais. — Ninguém merece pena ou prêmio por dispor do seu como quiser; assim, quem o destrói não é punido, como sê-lo-ia se destruísse o alheio. Ora, o homem é senhor dos seus atos. Logo, deles dispondo, bem ou mal, não merece pena nem prêmio.

3. Demais. — Não é por fazer bem a si próprio que alguém merece que outrem também lho faça; e o mesmo se diga do mal. Ora, o ato bom em si mesmo é um certo bem e perfeição do agente; e ao contrário, mal lhe é o ato desordenado. Logo, por fazer o mal e o bem, o homem não merece nem desmerece.

Mas, em contrário, diz a Escritura (Is 3, 10-11): Dizei ao justo que ele será bem sucedido, pois, comerá o fruto dos seus conselhos. Ai do ímpio que corre ao mal; porque lhe será dada a retribuição das suas mãos.

SOLUÇÃO. — O mérito e o demérito se definem relativamente à retribuição feita conforme a justiça; e esta se faz a quem age em benefício ou detrimento de outrem. Ora, devemos considerar que quem vive em sociedade é de certo modo parte e membro de toda ela. Por onde, o bem ou o mal que fizer a outra pessoa redundará em bem ou mal de toda a sociedade, assim como quem lesa a mão lesa por conseqüência todo o homem. Portanto, quem age em benefício ou detrimento de uma pessoa singular torna-se de duplo modo digno de mérito ou demérito, por lhe ser devida retribuição, primeiro, pela pessoa singular beneficiada ou ofendida; segundo, por parte de toda a sociedade. Se porém ordenar o seu ato diretamente para o bem ou mal de toda a sociedade, esta deve-lhe retribuição, primária e principalmente; secundariamente, devem-na todas as suas partes. Por outro lado, se age para bem ou mal de si mesmo, também retribuição lhe é devida por vir isso a repercutir no bem comum da sociedade de que é membro; não se lhe deve muito embora retribuição pelo bem ou mal da pessoa singular, que é no caso o próprio agente,

senão por parte deste mesmo, na medida em que por analogia o homem é susceptível de fazer justiça a si próprio.

Por onde é claro que o ato bom ou mau implica o louvor ou a culpa na medida em que cai no poder da vontade; implica a retitude e o pecado, relativamente à ordem final; o mérito e o demérito enfim relativamente à retribuição devida a outrem por justiça.

DONDE A RESPOSTA À PRIMEIRA OBJEÇÃO. — Os atos do homem bom ou mau, embora às vezes não se ordenem ao bem ou mal de nenhuma outra pessoa singular, ordenam-se contudo ao bem ou mal de outrem, que é a comunidade.

RESPOSTA À SEGUNDA. — Também o homem que tem o domínio sobre os seus atos merece ou desmerece, dispondo bem ou mal deles, na medida em que depende de outrem, i. é, da comunidade, de que faz parte; e o mesmo se dará se usar bem ou mal de outros bens seus, dos quais a comunidade deve servir-se.

RESPOSTA À TERCEIRA. — O próprio bem ou mal que alguém faz a si mesmo, pelo seu ato, redundando na comunidade, como dissemos.

ART. IV. — SE O ATO DO HOMEM, BOM OU MAU, É MERITÓRIO OU DEMERITÓRIO PERANTE DEUS.

(Infra, q. 114, a. 1).

O quarto discute-se assim. — Parece que o ato do homem, bom ou mau, não é meritório nem demeritório perante Deus.

1. — Pois, como já se disse (a. 3), o mérito e o demérito implicam relação com a recompensa de um benefício ou de um dano feito a outrem. Ora, o bom ou mau ato do homem não pode ser proveitoso nem nocivo a Deus, conforme aquilo da Escritura (Jô 25, 6-7): *Se pecares, em que danarás tu a Deus? De mais disso, se obrares com justiça, que lhe darás?* Logo, o ato do homem, bom ou mau, não é meritório nem demeritório perante Deus.

2. Demais. — O instrumento em nada merece nem desmerece nas mãos de quem o usa, porque toda a sua ação é devida a este último. Ora, o homem, quando age, é instrumento da divina virtude, que principalmente o move, conforme a Escritura comparando, manifestamente, o homem agente com um instrumento (Is 10, 15): *Acaso gloriar-se-á o machado contra o que corta com ele? Ou levantar-se-á a serra contra aquele por quem é posta em movimento?* Logo, bem ou mal agindo, o homem não merece nem desmerece perante Deus.

3. Demais. — O ato humano é meritório ou demeritório por ter relação com outrem. Ora, nem todos os atos humanos se ordenam a Deus. Logo, nem todos, bons ou maus, são meritórios ou demeritórios perante Deus.

Mas, em contrário, diz a Escritura (Ecle. 12, 14): *E de tudo quanto se comete fará Deus dar conta no seu juízo, seja boa ou má essa coisa.* Ora, juízo implica retribuição relativa ao mérito ou demérito de alguém. Logo, todo ato do homem, bom ou mau, é meritório ou demeritório perante Deus.

SOLUÇÃO. — Como já dissemos (a. 3) o ato do homem é meritório ou demeritório enquanto se ordena a outrem, em si mesmo ou como parte de uma comunidade. Ora, de ambos os modos os nossos atos são meritórios ou demeritórios perante Deus. Primeiro, quanto a Deus em si mesmo, fim último do homem; pois, devemos referir todos os nossos atos a esse fim, como antes já demonstramos (q. 19, a. 10). Logo, quem faz um ato mau, não referível a Deus, não lhe conserva a honra, que é devida ao último fim. Por outro lado, em relação a toda a comunidade do universo, pois governador de toda comunidade deve precípuamente tratar do bem comum, e por isso compete-lhe retribuir ao que nessa comunidade é bem ou mal feito. Ora, Deus governa e dirige todo o universo, como estabelecemos na primeira parte (q. 103, a. 5), e especialmente as criaturas racionais. Por onde é manifesto, que os

atos humanos são perante ele meritórios ou demeritórios; do contrário, resultaria que não cura de tais atos.

DONDE A RESPOSTA À PRIMEIRA OBJEÇÃO. — Deus, em si mesmo, não ganha nem perde nada por via de um ato humano; o homem porém na medida das suas forças, subtrai ou concede alguma coisa a Deus, conservando ou não a ordem que ele instituiu.

RESPOSTA À SEGUNDA. — Ser o homem movido como instrumento de Deus não exclui que se mova a si mesmo pelo livre arbítrio, como do sobredito resulta (q. 9, a. 6 ad 3). Logo, pelo seu ato merece ou desmerece perante Deus.

RESPOSTA À TERCEIRA. — O homem não se ordena, em si mesmo, totalmente e com tudo o que lhe pertence, à comunidade política; e por isso não há-de qualquer ato seu ser meritório e ou demeritório, em relação a essa comunidade. Mas o todo que é o homem, com tudo o que pode e tem, deve ordenar-se para Deus; donde, todo o ato humano, bom ou mau, é por essência meritório ou demeritório perante ele.